

UNIVERSIDADE E INTEGRIDADE ACADÉMICA

1. Introdução

A Universidade deve reger-se pelos mais elevados padrões de honestidade e apresentar uma imagem de integridade e conduta irrepreensível, indispensável à manutenção da sua aceitação, papel e credibilidade por parte da sociedade em que se insere. Se o ideal regulador da Universidade é a pesquisa da verdade, promovendo o conhecimento fiável em clima de debate sistemático e organizado, o escrutínio público a que cada vez mais está sujeita representa uma exigência a que não se pode nem deve furtar. Na realidade, os resultados da actividade própria da Universidade, nos planos pedagógico, científico e de formação interessam cada vez mais à comunidade, que hoje aprecia todos esses aspectos e legitimamente se considera destinatária e usuária dos “produtos” da actividade universitária – por isso reclamando condições para obter a informação que lhe permita emitir um juízo crítico, apresentar propostas e intervir na sua orientação e gestão. Por outras palavras, a própria missão da Universidade e o olhar crítico da sociedade convergem na exigência de uma cultura de integridade e comportamento ético de todos os que constituem o multifacetado tecido universitário, com particular incidência em discentes, docentes e investigadores.

Acontece todavia que, na Universidade do Porto, como nas suas congéneres nacionais e estrangeiras, têm ocorrido manifestações de desconforto e preocupação no que concerne à integridade de alguns dos seus membros. Tais manifestações, que têm sido veiculadas à Comissão de Ética da Universidade do Porto, mencionam prioritariamente delitos e ilícitos enquadráveis no conceito de plágio e conduta imprópria, praticados por discentes e docentes, nomeadamente em provas académicas e na actividade investigacional. Embora tais denúncias, geralmente não concretizadas com objectividade, se refiram certamente a comportamentos que não podem ser tidos por generalizados e correntes, entendeu a Comissão de Ética da Universidade do Porto ser oportuna a abordagem deste tema e útil a reflexão acerca das suas características, tendo por horizonte a apresentação de soluções concretas, no sentido da sua profilaxia e, quando necessário, da adopção de medidas correctivas adequadas. Tendo dedicado muitas das suas sessões a este assunto, solicitado e recebido comentários de muitos docentes e analisado os contributos escritos de vários dos seus membros, a Comissão apresenta no que se segue um breve sumário da sua reflexão e as propostas que entende dever apresentar às autoridades académicas.

2. Cópia e plágio

É indiscutível que a verdade é seriamente ofendida quando deliberadamente se recorre à apropriação de bens intelectuais alheios para indevido e ilegal uso próprio. O muito banalizado recurso à “cópia” durante exames escritos (a partir de outros examinandos, ou de elementos furtivamente consultados, escritos ou obtidos por comunicação telefónica) enfileira ao lado da inclusão de textos ou fragmentos de outros autores, sem indicação da fonte consultada, em trabalhos escritos, apresentados a nível de pré-graduação ou, mais gravosamente ainda, de pós-graduação (mesmo em dissertações de mestrado ou de doutoramento). Estes comportamentos indiciam claramente a prática de fraude, eticamente inaceitável e sancionável no plano disciplinar e eventualmente a nível penal.

Não se pode negar, todavia, que o conceito de plágio não é unívoco, registando-se pontos de vista maximalistas (abrangendo mesmo a adopção de um esquema mental proposto por outrem) até opiniões desculpabilizantes, afirmando que numa cultura de suporte virtual a informação disponível na Internet, desde que não expressamente designada como estando sujeita a regras de direito de autor, pode ser usada e transcrita por qualquer pessoa, sem indicação da sua origem. De qualquer modo, há consenso acerca da ilicitude e ofensa ética que resultam da apropriação de material e percursos intelectuais ou de investigação alheios, que prejudica os verdadeiros autores e procura enganar os avaliadores das provas adulteradas. O facto de esta prática ser detectada cada vez mais cedo no ambiente da Universidade “encoraja outros comportamentos questionáveis e corroe, lentamente, a boa prática da ciência” (Committee on Science, Engineering and Public Policy, 1995). É por isso vital que, a par das medidas disciplinares que a detecção do plágio possa suscitar (nos casos em que é detectado, provavelmente minoritários), se envidem todos os esforços para explicar, difundir e enunciar princípios éticos e ideais reguladores que configurem o insistente apelo para um comportamento responsável, até porque nem sempre os prevaricadores estão cónscios do alcance e gravidade destas práticas.

3. Integridade versus conduta imprópria em investigação

O prestígio e a autoridade da ciência na sociedade foram historicamente construídos com base numa relação de confiança. A ciência não exige a ausência do erro, mas requer veracidade e honestidade no modo como é planeada e financiada a investigação e como são obtidos e apresentados os resultados; não fabricar, distorcer ou falsificar dados, evitar os enviesamentos, não ocultar resultados anteriores, não omitir dados desfavoráveis às teorias próprias nem ignorar as outras, eventualmente contraditórias, declarar financiamentos e potenciais conflitos de interesse – eis alguns dos tópicos de uma lista que se tornou condição implícita da possibilidade de fazer ciência.

Mas o prestígio do cientista e a confiança nele depositada pelo público têm sido abalados por factos escandalosos, que os *media* amplificam, relativos à denúncia de fraudes e outros comportamentos impró-

prios, de trabalhos falsificados, por vezes provenientes de prestigiados laboratórios e publicados em exigentes revistas científicas. A competição, por vezes feroz, existente entre grupos, o desejo de protagonismo e fama, a ambição de progressão na carreira e de recursos materiais explicam, mas não justificam, estas traições à vivência prática da ética científica e à responsabilidade epistémica que lhe subjaz.

Também aqui, como se fez notar a propósito do plágio, é indispensável ir além do aspecto punitivo (de que a desqualificação do(s) culpados(s) é mais significativa do que a cassação de graus ou títulos ou até a expulsão da instituição) para dar particular ênfase à difusão e ensino de princípios éticos reguladores, mormente na fase de formação dos jovens investigadores. Esta é uma tarefa inalienável dos seniores ou responsáveis das unidades: criar um meio que promova a conduta responsável e correcta, vigiar e corrigir, dar o exemplo de honestidade intelectual e evitar comportamentos que, embora não sancionáveis, são eticamente reprováveis (tais como a inclusão na lista dos autores de um trabalho do nome de quem não teve interferência na respectiva elaboração).

A pressão exercida sobre os cientistas pela adopção de critérios de elegibilidade para financiamento ou de avaliação que se baseiam na bibliometria poderá ajudar a entender – mas nunca logrará justificar – alguma conduta imprópria.

Por outro lado, cada vez mais se vêem os investigadores obrigados a tentar obter financiamento não público, estabelecendo nexos de colaboração e parcerias que, podendo ser muito positivas, implicam riscos éticos consideráveis – dependência de interesses comerciais, desvio dos objectivos científicos para áreas de investigação aplicada de menor interesse, envolvimento em pleitos decorrentes de questões de patentes, enviesamento de resultados no sentido favorável à entidade promotora, etc.

Em todos estes aspectos se impõe formação, correcção e vigilância.

Só assim se poderá assegurar a qualidade da ciência e manter a confiança do público na instituição e no cientista. De facto, “o público apenas suportará a ciência se puder confiar nos cientistas e nas instituições que fazem investigação” (Institute of Medicine, NRC, 2002). Daqui se depreende que a compreensão desta situação pela comunidade académica é também uma questão de inteligência, mesmo que se padeça de reduzida sensibilidade ética: a sobrevivência da instituição está em jogo, quando a confiança é ameaçada.

4. Breve referência ao enquadramento jurídico

Face às dúvidas por vezes expressas quanto a atitudes disciplinares, convém recordar que o artº 75 do Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior actualmente em vigor concede autonomia disciplinar às instituições de ensino superior públicas, o que significa que estas têm a capacidade de punir docen-

tes, investigadores, estudantes e funcionários. No que concerne aos estudantes, o disposto nos nºs 4,5 e 6 do referido artigo rege tal poder disciplinar, também abrangido por estatutos e regulamentos próprios das diversas unidades da Universidade, com aplicação subsidiária do Estatuto Disciplinar dos Trabalhadores da Função Pública, aplicável aos docentes e investigadores da instituição.

O poder disciplinar pertence ao Reitor, podendo ser delegado nos Directores, sem prejuízo do direito a recurso para o Reitor.

5. Conclusão geral

5.1. A conexão existente entre Universidade, integridade académica e conduta imprópria na investigação constitui um tema de grande actualidade, que condiciona e é susceptível de afectar a imagem e a credibilidade da Universidade, revestindo-se, fundamentalmente e antes de mais, de contornos éticos.

5.2. A integridade, que se baseia nas virtudes da honestidade e da veracidade, deve ser característica essencial e fundamento da conduta de todos os participantes na vida e obra da Universidade.

5.3. Os comportamentos fraudulentos e outras condutas impróprias na investigação constituem ofensa grave à integridade e minam seriamente a credibilidade e a imagem pública da instituição universitária

5.4. A crescente difusão e facilidade de leitura de dados, textos e gráficos, acessíveis graças às tecnologias de comunicação, contribuem para um maior recurso ao plágio e à falsificação, com clara violação da propriedade intelectual e de normas éticas.

5.5. Dada a crescente influência da sociedade em geral e de interesses sectoriais na investigação levada a cabo em instituições universitárias, torna-se indispensável identificar e esclarecer eventuais conflitos de interesse.

5.6. As sérias preocupações manifestadas por Universidades, governos, sociedades científicas e organizações internacionais (exemplificadas pela Primeira Conferência Mundial de Integridade na Investigação, realizada em Lisboa em 2007) constituem um forte incentivo para a Universidade do Porto adoptar uma posição pioneira nesta matéria, debatendo a questão, analisando meios adequados, apelando à responsabilidade de docentes e discentes, elaborando doutrina e tomando as medidas apropriadas para prevenir a fraude e garantir a integridade.

5.7. A Comissão de Ética da Universidade do Porto está disponível, dentro do seu âmbito específico, para colaborar nestas tarefas; é neste espírito que desde já apresenta as propostas e sugestões seguintes:

6. Propostas e sugestões

- 6.1. Apresentação (pelo Conselho Geral) de uma declaração de princípios da Universidade em matéria de integridade.
- 6.2. Elaboração de um Código de Conduta Ética (único, para toda a Universidade; ou, se assim se preferisse, para cada Unidade Orgânica).
- 6.3. Esclarecimento e explicação da vertente disciplinar a que todos, discentes e docentes, estão sujeitos, tendo presente a possível anulação de concursos e a cassação de graus académicos obtidos por meios fraudulentos
- 6.4. Solicitação de declarações de honra, individualmente subscritas, de compromisso por parte de discentes (eventualmente em cada prova, exame ou trabalho) e de docentes e investigadores (na apresentação de dissertações e outros trabalhos académicos) e aceitação dos princípios de integridade estabelecidos (por exemplo, em tomadas de posse e actos de inscrição).
- 6.5. Recomendações para uma vigilância eficaz de provas escritas e proibição do uso de equipamentos electrónicos, com exclusão dos explicitamente autorizados.
- 6.6. Esclarecimento de docentes responsáveis pela direcção e orientação de dissertações do seu papel fundamental, na avaliação de qualquer tipo de trabalho escrito, em proteger a propriedade intelectual e detectar plágios ou outros indícios de conduta imprópria, corrigindo tais atitudes.
- 6.7. Adopção de critérios, na nomeação de júris, que garantam rigor, transparência e imparcialidade.
- 6.8. Na avaliação de docentes e investigadores, ter presente a necessidade de fundamentar em juízos qualitativos e não apenas em critérios quantitativos a produção académica em causa (por uma questão de justiça, com consequências favoráveis na limitação de práticas censuráveis, tais como a parcelação abusiva de resultados por vários outros artigos, a repetição mais ou menos disfarçada de escritos anteriores, a autoria “honorária”, etc.).
- 6.9. Promover o conhecimento das directrizes e recomendações internacionais sobre ética e integridade em ciência.

(2010)

Este texto foi aprovado pela Comissão de Ética da Universidade do Porto, na sua reunião de 19/05/2010, com base num projecto elaborado pelo Presidente da Comissão, Professor Doutor Walter Osswald e nos contributos apresentados pelos Professores Doutores António Adão da Fonseca, Jorge Sequeiros, Manuel Carneiro da Frada, Maria Fernanda Bahia e Maria Manuel Araújo Jorge, membros da Comissão, bem como nos comentários e sugestões apresentados por vários docentes e, obviamente, nas intervenções dos membros da Comissão.